

A PALAVRA "NÃO" E O TEMPO VERBAL "MAIS-QUE-PERFEITO" EM AULAS DE PORTUGUÊS, À LUZ DO FUNCIONALISMO

Lucas Santos Campos (UESB)

lusanpos@gmail.com

Joalêde Gonçalves Bandeira (Estácio-FIB)

jobandeira@yahoo.com.br

Introdução

Este trabalho tem como foco indicar algumas formas de articulação do referencial teórico do Funcionalismo linguístico em prol de aulas de língua portuguesa. O trabalho se justifica pelo fato de que, com muita frequência, estudantes dos cursos de Letras questionam o porquê de, no currículo dessa licenciatura, haver tantas disciplinas ligadas às correntes ou teorias de abordagem linguística se uma boa parte do papel do professor de português na sala de aula acaba sendo o de apreciar as normas gramaticais com seus alunos.

Assim, temos apresentado alguns indicativos de aplicação dos princípios, postulados e descobertas dessa corrente de estudo em prol de aulas de língua portuguesa. Neste artigo, nos concentramos no emprego da palavra "não" e do tempo verbal "mais-que-perfeito" .

1 - Funcionalismo linguístico - noções básicas

O escopo teórico-metodológico do Funcionalismo linguístico possibilita análise e interpretação da competência comunicativa de uma língua, considerando as estruturas das expressões linguísticas como em um quadro no qual cada função do ato comunicativo é vista como um diferente modo de significação nas sentenças. Com base em Neves (2004), podemos afirmar que, a partir da noção de que a linguagem é um instrumento de comunicação, no funcionalismo, encontramos, um tratamento *funcional* da própria organização interna desse instrumento, isto é, uma análise do funcionamento da linguagem no seu permanente desenvolvimento.

Como assinalam Martelotta e Areas (2003, p. 20), o Funcionalismo se caracteriza por adotar a concepção de língua como um instrumento de comunicação, calcado em um arcabouço maleável, sujeito às pressões oriundas das diferentes situações comunicativas. Conceito esse calcado em Lyons (1987, p.207) para quem o Funcionalismo se baseia no ponto de vista de que a estrutura da língua é determinada pelas funções que ela desempenha nos diversos contextos comunicativos.

A despeito dessas formulações, (NEVES 2004, p.1) afirma que caracterizar o Funcionalismo é uma tarefa difícil, tendo em vista que os rótulos conferidos aos estudos ditos "funcionalistas" mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não, precisamente, a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam.

A autora elenca a visão, conceituação, atribuição ou concepção de Funcionalismo de alguns estudiosos. No conceito desenvolvido por Givón, Hopper, Traugott, Haiman e Thompson, entre outros, o Funcionalismo representa uma tentativa de explicar a forma da língua, a partir das funções que ela desempenha na interação verbal.

Interação verbal para Dik (1989, p.8-9) consiste em uma forma de atividade cooperativa, estruturada em tomo de regras sociais, normas ou convenções. Por esse ponto de vista, as regras propriamente linguísticas devem ser consideradas instrumentais em relação

aos objetivos comunicativos da interação verbal. O autor considera que a língua tem como função precípua o estabelecimento das relações comunicativas entre os usuários, ou seja, é um instrumento de interação verbal.

Furtado da Cunha (2003, p.1) refere-se à interação verbal, indicando que a função da língua é propiciar uma contínua interação entre as pessoas que se alternam como falantes e ouvintes. Assim, essa função deve, de algum modo, condicionar a forma do código linguístico.

A gramática, para o Funcionalismo, é concebida como dinâmica (heterogênea) e emergente (mutável), como um “sistema adaptativo” que nunca se estabiliza, parcialmente autônomo e parcialmente motivado por pressões externas.

Mackenzie (1992 *apud* NEVES [1997] 2004, p.22), seguidor da linha funcionalista de Dik, afirma que “a gramática funcional tem como hipótese fundamental a existência de uma relação não-arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (a gramática)”. Esta gramática, portanto, se propõe a analisar a relação existente entre a gramática de uma dada língua e a sua instrumentalidade de uso, assim como a competência comunicativa dos indivíduos em sua capacidade de codificar e decodificar expressões, e a de empregar e interpretar essas expressões de maneira efetiva. Desse modo, essa gramática leva em consideração o uso das expressões linguísticas na interação verbal, o que pressupõe uma pragmatização da sintaxe e da semântica.

A partir dessa perspectiva, Neves (2004, p. 15), indica que a gramática funcional é aplicável a todos os tipos de línguas, o que significa que as descrições não devem ser tão específicas que não possam ser transferidas para outras línguas, nem tão gerais a ponto de camuflar as peculiaridades das línguas individuais.

Do ponto de vista funcional, a simples descrição da estrutura das sentenças não é suficiente; a descrição completa de uma língua deve incluir referências ao falante, ao ouvinte e ao contexto sociocultural em que as sentenças ocorrem. Assim, a expressão linguística, como pontua Barreto (1999, p.68) não pode ser analisada sem que se tenha em mente que ela é função, não apenas da intenção e da informação transmitida pelo falante, mas da informação pragmática do destinatário e do seu conhecimento a respeito das intenções do emissor. A gramática funcional leva sempre em consideração o uso de expressões linguísticas na interação verbal, considerando que a língua evolui para satisfazer as necessidades humanas e organiza-se de um modo funcional, e não arbitrário, para satisfação dessas necessidades. A análise funcionalista, portanto, parte do uso da língua e analisa as expressões linguísticas como realmente são usadas pelos falantes.

2 - Sobre as origens do Funcionalismo em Linguística

A rigor, os estudos sobre as funções da linguagem são oriundos do campo da Psicologia. Como aponta Câmara Jr. (1976, p. 17), ao indicar que, preocupado com o estudo do pensamento humano, o psicólogo alemão Karl Bühler (1934) apontou três funções para a linguagem: (i) a representativa, ou de representação, cuja característica central seria a de analisar, ordenar e representar o espaço vital do homem: o ambiente em que ele vive; (ii) a de exteriorização psíquica, em que a linguagem estaria empenhada em exprimir as emoções humanas; (iii) a apelativa, em que a linguagem procuraria influenciar o receptor, com vistas à mudança do seu comportamento.

Jakobson (1969) adicionou a essas, outras três funções, correlacionando-as a cada um dos componentes do processo de comunicação: (i) a função poética que, centrada na mensagem, reveste-a de um tratamento estético, procurando dotá-la de criatividade e/ou de subjetivismo; (ii) a função metalinguística que, centrada no próprio código, procura explicá-lo; e (iii) a função fática, que visa à manutenção do contato entre o emissor e o receptor e assim fixou seis funções para a linguagem, cada uma delas mais diretamente ligada a um

dos fatores do ato de comunicação verbal: (i) ligada ao contexto – função referencial; (ii) ligada ao emissor – função emotiva; (iii) ligada ao destinatário – função conativa; (iv) ligada ao contato – função fática; (v) ligada ao código – função metalinguística; (vi) ligada à mensagem – função poética.

Assim, podemos afirmar que as sementes para o desenvolvimento do Funcionalismo em linguística foram lançadas por um grupo de estudiosos pertencentes à primeira Escola Linguística de Praga[i], o qual considerava a língua como um sistema de meios apropriados a um fim.

Essa escola que marca profundamente a ciência linguística nos primeiros anos do século XX. Foi criada, em 1926, por linguistas tchecos, como V. Mathesius, B. Havránek, J. Moukarovsky, B. Trnka, J. Vachek, M. Weingart, assim como por linguistas franceses, como L. Bruo, L. Tesnière, J. Vendryes, E. Benveniste, A. Martinet, e russos como R. Jakobson e N.S. Trubetskoi.

Baseados nos conceitos do Estruturalismo, os integrantes da Escola de Praga concebem a língua como um ‘sistema funcional’, no qual aparecem, lado a lado, o estrutural e o funcional. Assim, rejeitavam a dicotomia diacronia/sincronia e preconizam uma relação entre sistema e uso.

Como afirma Neves (2004, p.16), para o grupo de estudiosos da Escola Linguística de Praga, a linguagem possibilita ao homem reação e referência à realidade extralinguística. Desse modo, as frases são vistas como unidades comunicativas que veiculam informações, ao mesmo tempo em que estabelecem ligação com a situação de fala e com o próprio texto linguístico.

Segundo autora, embora o termo funcionalismo em Linguística esteja, incontestavelmente, ligado à Escola Linguística de Praga, várias outras abordagens funcionalistas surgiram, e o Funcionalismo tomou depois vida própria e independente.

No seio do Funcionalismo, desenvolvem-se estudos diversos sobre interação verbal, função comunicativa, flexibilidade da língua, mudança linguística, entre outros. Dentre esses estudos, destacamos aqui a possibilidade de análise sobre o fenômeno da gramaticalização, um tipo específico de mudança linguística, do qual teceremos, uma breve consideração.

3- O processo gramaticalização: noções elementares

Embora o termo gramaticalização tenha origem com Meillet, em seu artigo “L’évolution des formes grammaticales”, publicado em 1912, os estudos referentes ao fenômeno da gramaticalização, enquanto corrente linguística, são relativamente recentes.

Para Dubois (1984, p.318) o fenômeno da gramaticalização é visto como a passagem de construções relativamente livres no discurso, motivadas por necessidades comunicativas, para construções relativamente fixas na gramática.

O processo de gramaticalização pode ser encontrado em todas as línguas e pode envolver qualquer tipo de função gramatical. Através desse processo, itens lexicais e construções sintáticas passam a assumir funções referentes à organização interna do discurso ou a estratégias comunicativas. Para Heine (2003, p. 10-11) “a idéia de gramaticalização implica na idéia de um processo pelo qual um item lexical, ou uma estrutura lexical, passa, em certos contextos, a exercer uma função gramatical ou um item já gramatical passa a exercer uma função ainda mais gramatical”.

Traugott e König (1991, p.196) afirmam que a gramaticalização “é um processo dinâmico, unidirecional e diacrônico mediante o qual, um item lexical, através da evolução temporal, adquire um estatuto gramatical”.

Os estudos sobre gramaticalização possuem abordagens diversas e até denominações variadas, como, por exemplo, reanálise, apagamento semântico, esvaimento semântico, condensação, redução e gramaticização.

A despeito da variedade de termos, esse processo de variação/mudança linguística é utilizado para explicar as transformações ocorridas com itens que se transferem do léxico para a gramática, que se especializam dentro da própria gramática. Ou seja, a Gramaticalização é compreendida como um processo diacrônico e um *continuum* sincrônico que atinge tanto as formas que vão do léxico para a gramática como as formas que mudam no interior da gramática.

Lehmann (1982, p.126) indica que o processo de gramaticalização diz respeito, essencialmente, à autonomia do signo. Quanto mais autônomo o signo, menos gramaticalizado, e quanto menos autônomo, mais gramaticalizado.

O autor aponta três aspectos que permitem medir o grau de autonomia de um signo: (1) o **peso**: para ser autônomo, um signo deve ter certo peso, propriedade que o distingue dos demais membros de sua classe, proporcionando-lhe proeminência no paradigma; (2) a **coesão**: quanto mais relações com outros signos, tanto menos autônomo é o signo; (3) a **variabilidade**: quanto maior a mobilidade do signo, tanto maior será sua autonomia. Com isso, o autor esclarece que esses parâmetros, fatores ou critérios dizem respeito ao signo; os graus com que eles afetam os signos deitam luz sobre o processo da gramaticalização, visto que esta pode ser medida a partir da observação daqueles.

Tendo em mente as linhas gerais do Funcionalismo linguístico e noções básicas sobre o processo de gramaticalização, passaremos a uma breve reflexão de como podemos transpor, mobilizar esses conhecimentos nas aulas de língua portuguesa, a partir da reflexão sobre o desenvolvimento de dois tópicos da língua portuguesa, quais sejam o item “não” e o tempo verbal “mais-que-perfeito”.

4- O item “NÃO”

Do ponto de vista da gramática tradicional, ou seja, dos cânones gramaticais, a palavra *não* exerce o papel de advérbio, com valor de negação, como se pode constatar pelos seguintes compêndios: Paschoalin e Spadoto, (2008, p. 165-167), Sarmiento (2005, p. 278-279), Ferreira (2007, p. 293-296), Rocha Lima (2003, p. 173-177), Bechara (2010, p. 274-277), entre outros.

Com alguma variação, esses autores indicam que advérbio *é a palavra que modifica o verbo*, sendo que alguns advérbios podem modificar *também o adjetivo ou o próprio advérbio*. Assim sendo, partindo do que é descrito ou prescrito para o *não*, por esses compêndios, a previsão é de o encontrarmos atuando:

- ao lado de verbos, como nos exemplos 1 e 2[ii]:
 - (1) *Não descuide* de seu negócio. (1/367)[iii]
 - (2) O preço do combustível *não é* o único inimigo dos motoristas. (1/371)
- de adjetivos, exemplos 3 e 4:
 - (3) (...) cada pessoa leve um quilo de alimento NÃO-PERECÍVEL. (1/5)
 - (4) No caso dos efeitos NÃO-TÉRMICOS da radiação. (1/160)e de advérbios, como nos exemplos 5 e 6, extraídos de Rocha Lima (2003, p. 174 e 346, respectivamente):
 - (5) Por que chegaste tão cedo?
 - (6) É tarde! É muito tarde!... (Mont'Alverne).

No entanto, é comum encontrarmos no uso corrente da língua situações em que o *não* atua ao lado de substantivos, como nos exemplos 7 e 8, a seguir:

- (7) Os inspetores constataram a NÃO-EXECUÇÃO de serviços. (1/208)
- (8) Esta mensagem de NÃO-VIOLÊNCIA deve se espalhar por toda a cidade (2/246)

Bechara (2010, p. 274) prevê que “certos advérbios são assinalados em função de modificador de substantivo, principalmente quando este é entendido não tanto como substância, mas como qualidade que esta substância apresenta”. O autor exemplifica esse posicionamento com a sentença: “Gonçalves Dias é *verdadeiramente* poeta.” (grifo nosso).

Como o próprio autor assinala, em casos como esse, se enquadram “certos advérbios” e, ainda assim, quando o substantivo “é entendido não tanto como substância, mas como qualidade que esta substância apresenta”. Argumentamos que o não tem sido empregado ao lado de substantivos que podem ser entendidos com toda pujança da noção de substância, como nos exemplos 7 e 8, apresentados anteriormente, e reforçados com os exemplos 9 e 10 que seguem:

(9) O NÃO-EQUACIONAMENTO dos problemas levantados. (1/443)

(10) Para Bandeira, o NÃO-DESBLOQUEIO deveria se aplicar apenas aos pré-pagos. (2/230)

Desse modo, tendo em vista que, ordinariamente, o escopo do advérbio deixa de contemplar ou prever seu emprego ao lado de substantivos, a partir de um olhar funcionalista o termo *não* pode ser interpretado como prefixo. Em outras palavras, podemos afirmar que, nesses contextos, essa expressão encontra-se gramaticalizada como prefixo.

Ao observarmos alguns dos princípios da gramaticalização entre os anteriormente apresentados, nos certificaremos de que pelo princípio da *paradigmatização* o termo *não* tende a, progressivamente, se integrar no paradigma dos prefixos que é menor e homogêneo que o do advérbio. Consequentemente, em função do princípio da *obrigatoriedade* a nova forma, isto é o *não*, gramaticalizado passa a obedecer às regras e princípios desse paradigma, que, basicamente, consiste na *fixação* que explica sua impossibilidade de deslocamento, ou seja, o *não* gramaticalizado como prefixo perde liberdade tanto na sintaxe, quanto na morfologia.

Por conta do princípio da *estratificação*, passam a coexistir o *não* prefixo, com a forma antiga, o *não* advérbio.

O princípio da *persistência* justifica o fato de a forma gramaticalizada continuar com vestígios de seu significado original, qual seja, o de negação.

O princípio da *continuidade e gradualismo* – revela a possibilidade de continuação do processo, tendo em vista dois fatores, o primeiro, de ordem gramatical, consiste na tendência de o *não* gramaticalizado como prefixo se justapor às bases substantivas com que venha a se associar; o segundo, de ordem extralinguística, consiste na ampliação de possibilidades de expansão do uso do prefixo *não*, para atender não somente à criatividade do usuário da língua, mas também às suas necessidades comunicativas, por conta de novas realidades sociais, políticas e culturais, como teremos a oportunidade de apreciar a seguir.

Para atender ao caráter plural da ordem social contemporânea, o prefixo *não* vem sendo eficientemente empregado:

1) em situações nas quais se necessita estabelecer uma referência restritiva a alguns segmentos sociais, como nos exemplos 11 e 12:

(11) Ódio aos estrangeiros, principalmente aos NÃO-BRANCOS. (1/168)

(12) Entrevistas com ... e com NÃO-COMUNISTAS brasileiros. (1/477)

2) quando essa restrição refere-se a grupos que se caracterizam por alguma prática, como no exemplo 13:

(13) Os NÃO-FUMANTES não devem torcer o nariz. (1/35)

3) E ainda para a indicação de especificidades como nos exemplos de 14 e 15:

(14) Houve um aumento de 320% nas [tarifas] NÃO-RESIDENCIAIS. (1/59)

(15) Para agricultores (...) e empreendimentos NÃO-AGRÍCOLAS. (1/70)

Temos, assim, uma explicação extralinguística para o processo em evidência. Nesse ponto, pode surgir a curiosidade acerca do ponto de partida do processo no que se refere ao processo gramatical. É o que passaremos a esclarecer a seguir.

4.1 A trajetória de gramaticalização do *NÃO* como prefixo

Pela nossa interpretação, à luz da corrente funcionalista, no ponto de partida desse processo, o *não* é empregado como advérbio normalmente em orações subordinadas adjetivas desenvolvidas, como ilustrado no exemplo que segue, exemplo por nós elaborado, à luz de construções plausíveis na língua portuguesa:

(16) O veículo era dirigido por pessoa QUE NÃO ERA HABILITADA

Partindo dessa base, podemos afirmar que o passo inicial (e talvez decisivo) do processo ocorre com a forma reduzida dessas orações subordinadas adjetivas, que se realizam com a forma verbal do particípio. A forma reduzida da oração apresentada no exemplo 16 pode ser observada no exemplo 17, a seguir:

(17) O veículo era dirigido por pessoa NÃO-HABILITADA (1/404)

Nesse estágio, ocorre que os limites entre a forma livre, o advérbio, e a forma presa, o prefixo, ambos representados pelo item lexical *não*, se enfraquecem acentuadamente, criando uma área de intersecção entre as duas categorias em evidência. O passo seguinte é a extensão do uso do *não* – agora, efetivamente, como uma partícula anteposta a adjetivos– como exemplificado em:

(18) NÃO SATISFEITOS, alguns fiscais investiram contra os estudantes. (1/151)

Junto a um adjetivo, porém, o *não* ainda pode ser analisado como um advérbio, já que a essa categoria gramatical se atribui também a função de modificar o sentido de um adjetivo. Embora a gramática tradicional preveja que o advérbio pode modificar o adjetivo, em se tratando do advérbio de negação, a incidência é sempre sobre o verbo da oração. Nesse caso, o *não* já pode ser interpretado como prefixo negativo.

O passo seguinte refere-se à extensão do seu uso com substantivos, como nos exemplos 19 e 20:

(19) A NÃO-OCORRÊNCIA de acidentes pode ser creditada à sorte. (1/22)

(20) Solicitando a NÃO-DIVULGAÇÃO. (1/334)

A partir desse ponto, ao *não*, pode ser atribuído o *status* de gramaticalizado como prefixo e, como já referido anteriormente, por conta do princípio da *continuidade e gradualismo* o novo item, uma vez integrado na gramática da língua, naturalmente está sujeito a experimentar novos processos de mudança. Nessa trajetória, prevemos que ele venha a se justapor às bases substantivas com as quais possa se adjungir.

A seguir, apreciaremos o desenvolvimento do sistema verbal da nossa língua, com ênfase para o tempo *mais-que-perfeito*.

5 - Algumas considerações sobre o ensino do verbo

A análise dos tempos verbais que é geralmente apresentada nos compêndios de gramática normativa tende a levar os alunos à compreensão de que os verbos refletem tão somente as noções de presente, passado e futuro, o que também é verdade, mas, além disso, essa categoria de palavra tem outras particularidades que precisam ser evidenciadas.

Nossa maior preocupação quando investidos do papel de professores de língua portuguesa, notadamente no curso Fundamental e no Ensino Médio, deve ser a de levar ao aluno não somente o conhecimento da gramática normativa, mas a de torná-lo linguisticamente competente, ou seja, a de lhe possibilitar o aprimoramento de sua capacidade de comunicação, aliado ao poder de criticidade em relação ao seu espaço social, principalmente, acerca de como explorar, produtivamente, a língua como instrumento de interação social. Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p.58-59), com base no princípio de que:

as práticas da linguagem são uma totalidade e que o sujeito expande sua capacidade de uso da linguagem e de reflexão sobre ela em situações significativas de interlocução, as propostas didáticas de ensino de Língua Portuguesa devem organizar-se tomando o texto (oral ou escrito) como unidade básica de trabalho, considerando a diversidade de textos que circulam socialmente.

Propõe:

que as atividades planejadas sejam organizadas de maneira a tornar possível a análise crítica dos discursos para que o aluno possa identificar pontos de vista, valores e eventuais preconceitos neles veiculados.

Desse modo, os PCNS definem como um dos objetivos do ensino da Língua Portuguesa a necessidade de que esta disciplina se constitua como “fonte efetiva de autonomia para o sujeito, condição para a participação social responsável”, levando o indivíduo a “posicionar-se de maneira crítica e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas”.

Acreditamos que ao conciliar o ensino da gramática normativa com as reflexões da ciência da linguagem, nós, professores de língua portuguesa, estaremos afinados com essa proposta. Assim sendo, apresentamos aqui uma proposta de reflexão sobre o sistema verbal, particularmente sobre o pretérito mais-que-perfeito, a partir do aporte teórico do Funcionalismo linguístico, como uma sugestão para o desenvolvimento da nossa prática em sala de aula.

De um modo geral, os alunos têm aversão ao ensino da gramática normativa e, em especial, àqueles ligados os verbos. No entanto, trata-se de uma reflexão de suma importância para nosso progresso, no que diz respeito à exploração dos potenciais da linguagem. O verbo é a alma da oração, conseqüentemente, é o elemento que dá vida aos períodos, aos parágrafos, é o que nos situa em relação aos outros termos dos enunciados produzidos na nossa língua.

Para minimizarmos essa aversão, sugerimos ao invés de levar o estudo do verbo para a sala de aula como um elemento “descolado” da sua função comunicativa, ou seja, de uma forma fragmentada, que não possibilita aos alunos desenvolverem satisfatoriamente sua capacidade linguística, o levemos a perceber o quanto é relevante se apropriar dos diferentes efeitos que os verbos podem produzir no uso da sua língua. Assim, os estudantes poderão perceber o quanto é relevante se apropriar dos diferentes impactos e efeitos que os verbos podem produzir nos textos por eles produzidos.

5.1 Algumas palavras de reflexão sobre os tempos verbais

Segundo Travaglia (2013), os verbos são uma classe de palavras que pode ser identificada pelas seguintes características básicas:

- **Semanticamente** - exprimem processos de vários tipos: ações (lavar, escrever, correr); fatos (morrer, cair.); fenômenos da natureza (chover, ventar, nevar) ou ligam uma característica a um ser – VL – (ser, estar, parecer, ficar etc.);
- **Morfologicamente** - flexões, mudando de forma para indicar tempo e modo, e sintaticamente, os verbos são considerados o centro da oração, pois eles se referem a um sujeito e pedem complementos ou não.
- **Sintaticamente**, os verbos são considerados o centro da oração, pois eles se referem a um sujeito e pedem complementos ou não.

Desse modo, apresentar o verbo apenas como uma “tábua” de desinências, ou uma mera exposição de modelos de conjugações, vai de encontro à grandeza dessa classe gramatical, impossibilitando-o, ou dificultando, a compreensão do sentidos de cada um dos tempos e modos verbal.

Em virtude da natureza deste trabalho, nos ateremos, especificamente, aos tempos do passado, a fim de chegarmos ao pretérito mais-que-perfeito, foco central das nossas considerações.

6 - O pretérito mais- que-perfeito

Diversos gramáticos, a exemplo de Santos (1913), Said Ali (1971), Cunha (1975), Cegalla (1984), Almeida (1999), Rocha Lima (2003) e Bechara (2009), afirmam que o pretérito mais-que-perfeito indica somente “o passado do passado” . Cunha e Cintra (2001, p. 456), entretanto, consideram ainda que existem outras possibilidades de uso para o mais-que-perfeito, como as de expressar:

a) um fato vagamente situado no passado;

“**Casara, tivera** filhos, mas nada disso a **tocara** por dentro”.

b) um fato passado em relação ao momento presente, quando se deseja atenuar uma afirmação ou pedido.

“- Eu **tinha vindo** para convencê-lo de que Pedro é seu amigo e pedir-lhe que apoiasse Hermeto.”

Por outro lado, na linguagem literária, o pretérito mais-que-perfeito simples pode ser utilizado em lugar do:

c) futuro do pretérito – simples ou composto:

“Um pouco mais de sol – e **fora** [= teria sido] brasa,

d) e também do pretérito imperfeito do subjuntivo,

“Sê propícia para mim, socorre

Quem te adorara, se adorar **pudera!**

e) Já na “linguagem corrente” é, também, utilizado em certas frases exclamativas e optativas, a exemplo de “quem me dera!” [= quem me desse].

Contudo, há, ainda, outros valores desempenhados pelo mais-que-perfeito, conforme pesquisa realizada por Bandeira (2011) em textos de brasileiros e portugueses dos séculos XVII ao XX . Vamos refletir sobre eles.

- **Pretérito mais-que-perfeito com o valor do presente do subjuntivo:**

(26) Tenho observado vai o meu negócio acima tão perdido enfim, como meu. E suposto que da Altura muito PUDERA confiar, a minha fortuna me faz temer não menos. (Carta de D.Francisco Mmanuel de Melo - século XVII) - **[possa]**

Podemos observar que o sentido estabelecido pelo mais-que-perfeito é o mesmo que [possa], assim, *pudera* perde sua noção plena de passado do passado e passa a indicar uma ação que transcorre mais próxima do momento da fala.

- **com o valor de pretérito imperfeito do subjuntivo:**

Grandes são as fatalidades que V.S.^a me faz mercê referir, sucedidas no ano passado e pendentas para o presente, em que também as não considero menores; e, quando não houvera tantos avisos do Céu, bastava a pouca emenda e ser tão pouco o conhecimento da necessidade dela (Carta CXCIX Padre Antonio Vieira - século XVII). [houvesse]

Embora o pretérito imperfeito seja também um tempo de passado, sabemos que o mais-que-perfeito indica uma ação concluída no passado em relação a outra também passada, enquanto o pretérito imperfeito se caracteriza por apresentar um fato com certa duração no passado. Outro dado a ser pensado é a mudança de modo, enquanto o indicativo indica uma certeza, o subjuntivo indica uma possibilidade.

Assim, vimos formas lexicais, referentes ao pretérito mais-que-perfeito, mas com valor temporal diferente daquele que é expresso por esse tempo.

O objetivo de mostrar esses valores, inclusive em textos de outros séculos, é, em primeiro lugar, é o de chamar a ação para o fato de que muitas características hoje presentes na língua advêm de um passado longínquo, que precisa ser conhecido para que possamos ter uma melhor compreensão do nosso idioma na atualidade e, em segundo lugar, trazer à tona a questão do ensino dos verbos, contextualizado nos diversos vieses que envolvem o uso linguístico na comunicação humana.

Conclusão

Se tivermos em mente os objetivos das normas gramaticais e aqueles que norteiam a análise científica da língua, em vez de entrarmos em choque ou nos sentirmos confusos nas situações de uso da língua que divergem da Gramática Normativa ou a contradizem, chegaremos à conclusão de que, nas aulas da disciplina “Português” será possível conciliar os dois objetivos e promover uma reflexão mais rica e substancial em torno dos fatos linguísticos, sem deixarmos de dar ciência da norma culta aos nossos alunos. O (a) docente da disciplina língua portuguesa poderá ser tanto mais eficiente quanto mais possa diversificar seu olhar na sala de aula, mobilizando conhecimentos da ciência da linguagem em prol das reflexões sistemáticas sobre a língua portuguesa e do ensino dessa norma.

Esperamos que essa abordagem possa servir de ponto de partida para reflexões mais aprofundadas sobre a estrita relação existente entre a ciência da língua(gem) e o processo de estudo sistemático da língua portuguesa nas diversas séries dos níveis Fundamental e Médio do processo de ensino-aprendizagem. Contamos que esse ensaio possa servir de ponto de partida para que nossos colegas, professores de língua portuguesa, possam buscar meios de fazer a transposição de conhecimentos do Funcionalismo linguístico para suas aulas.

Pela breve reflexão e exemplos aqui apresentados, podemos perceber que no estudo da língua é perigoso dizermos que um determinado item é “só isso ou aquilo”. Parafraseando Cecília Meireles, pode ser isso e também aquilo.

Referências

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 44. ed. . São Paulo: Saraiva,1999.

- BANDEIRA, Joalêde Gonçalves. *Carteando e dialogando com o pretérito mais-que-perfeito: os caminhos trilhados do século XVI ao XX*. Salvador: UFBA – Universidade Federal da Bahia, 2011. Tese de doutorado.
- BARRETO, Therezinha Maria de Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Tese de Doutorado. Salvador: PPGLL/ UFBA, 1999.
- BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 2. ed. ampliada e atualizada pelo novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa*. 3º e 4º ciclos. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Fundamental, 1998.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- CAMPOS, L. S. . **A negação prefixal na história da língua portuguesa**. In: XVIII Jornada de Estudos Linguísticos, 2000, Salvador. XVIII Jornada de Estudos Linguísticos, 2000.
- DIK, S. C. *The theory of functional grammar: the structure of the clause*. Berlim: Mouton de Gruyter, 1989.
- DUBOIS, Jean; et al. . *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1984.
- FERREIRA, Mauro. *Aprender e praticar gramática*. Ed. renovada. São Paulo: FTD, 2007.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA , Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj, 2003.
- HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, Brian D. ; JANDA, Richard D. (eds.) *The handbook of historical linguistics*. Blackwell Publishing, 2003.
- HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: HOPPER, P. e TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- ILARI, Rodolfo. *A expressão do tempo em português*. São Paulo: Contexto, 2001.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. In: *Linguística e comunicação*. Trad. Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix/USP, 1969. p. 118-162.
- LEHMANN, C. Thoughts on grammaticalization: a programmatic sketch. *Arbeiten des Kölner Universalien - Projekts 48*. Cologne: Universität zu Köln, Institut für Sprachwissenschaft, 1982.
- LYONS, John . *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- MACKENZIE, J.L. What is functional grammar? *Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, 20. Comunicação. Zürich, Suisse, 1992. In.: NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo ; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da, OLIVEIRA, Mariangela Rios de & MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da língua portuguesa*. 3.ed. Lisboa : Caminho, 2003.
- MEILLET, Antoine. L'Evolution des formes grammaticales. In.: MEILLETE, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris : Klincksiech, 1965.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- PASCHOALIN, Maria Aparecida; SPADOTO, Neuza Terezinha. *Gramática: teoria e exercícios*. Ed. renovada, São Paulo: FTD, 2008.

- ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2003.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7 ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1971.
- SARMENTO, Leila. *Gramática em textos*. 2. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2005.
- TRAVAGIA, L.C. *Na trilha da gramática: conhecimento linguístico na alfabetização e letramento*. São Paulo: Cortez, 2013.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs; KÖNIG, Ekkehard. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd. *Approaches to grammaticalization Vol 1: focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1991.

[i] Entende-se por primeira Escola Linguística de Praga, o conjunto de autores, a exemplo de Mathesius, Jakobson, Trubetzkoy, entre outros, que, entre 1929 e 1938, participaram do Círculo Linguístico de Praga, e se tornaram conhecidos através dos trabalhos publicados sob o título “Travaux da Cercle Linguistique de Prague”; já a segunda escola Linguística de Praga refere-se a um grupo de autores, a exemplo de Firbas, Dames, Sgall, entre outros, cujos trabalhos começaram a ser conhecidos, a partir de 1966, quando foi publicado o primeiro número da revista “Travaux des Linguistiques de Prague”

[ii] Embora só tenhamos destacado exemplos do *não* anteposto a verbos, esclarecemos que ele pode também figurar posposto ou simultaneamente nas duas posições, isto é, anteposto e posposto.

[iii] Os exemplos aqui apresentados foram retirados de exemplares de um jornal escrito de grande circulação, na cidade de Salvador, Bahia, elementos que constituem o *corpus* de uma pesquisa que realizamos anteriormente (Cf. Campos 2000). O código que aparece ao lado de cada exemplo refere-se ao período e à folha do jornal do qual o mesmo foi destacado. Esse código e essa numeração foram por nós convencionados.

[iv] Primeiro lógico a formalizar uma interpretação temporal das línguas naturais.